

Historiografia da psicologia

métodos

Marina Massimi
Regina Helena de Freitas Campos
Josef Brožek

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MASSINI, M., CAMPOS, RHF., and BROŽEK, J. Historiografia da psicologia: métodos. In FREITAS, RH., org. *História da psicologia: pesquisa, formação, ensino* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 21-48. ISBN: 978-85-99662-83-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Historiografia da Psicologia: métodos

*Marina Massimi**

*Regina Helena de Freitas Campos***

*Josef Brožek****

O fato de que sob o rótulo de História da Psicologia compreendem-se dois domínios distintos – o da História da Psicologia Científica e o da História das Idéias Psicológicas – acarreta importantes implicações do ponto de vista metodológico. Com efeito, por um lado, a Historiografia das Idéias Psicológicas utiliza-se dos métodos próprios da História Cultural e da História Social, por outro lado, a Historiografia da Psicologia Científica assume as modalidades de investigação sugeridas pela Historiografia das Ciências.

Sumarizamos aqui os principais recursos metodológicos possíveis em cada um desses domínios.

Os métodos da historiografia das idéias psicológicas

Recentemente, os métodos da História das Idéias Psicológicas foram profundamente influenciados pelas mudanças ocorridas no âmbito da Historiografia Geral.

Com efeito, a revolução historiográfica ocorrida a partir dos anos 30 na França (Escola dos Annales) causou a emergência de novos objetos e novos métodos nessa área de conhecimento. Tornaram-se, assim, questões de interesse para o historiador temas como as atitudes humanas frente à vida e à morte, as crenças e os comportamentos religiosos, as relações familiares e sociais em geral, o que determinou “a constituição de novos territórios do historiador através da anexação dos territórios dos outros.” (Chartier, 1990, p. 14). De fato, tratava-se de campos já desvendados pelas Ciências Humanas, tais como a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia,

* Programa de Pós-graduação, Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto.

** Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Minas Gerais.

*** Professor na Lehigh University, nos EUA.

entre outras. Desse modo, a Historiografia começou a utilizar metodologias de investigação próprias a outras disciplinas próximas, abrindo-se, ao mesmo tempo, a projetos de pesquisa de caráter interdisciplinar acerca de seu objeto.

A revisão da produção historiográfica contemporânea (especialmente dos 15 anos entre 1978 e 1983) elaborada por Emmanuel Le Roy Ladurie em 1983 mostra a ampliação do campo de interesse do historiador contemporâneo; desde o estudo de diversas culturas e experiências religiosas, das festas e dos ritos, do mundo dos intelectuais e da cultura popular às diversas maneiras de viver, de habitar e de trabalhar.

Nesse sentido, conforme observa Philippe Ariès, “as margens entre a história e as outras ciências humanas começam a se atenuar.” (em Le Goff, 1993, p. 162). Novas áreas da pesquisa historiográfica constituem-se num terreno multidisciplinar, envolvendo inclusive enfoques de natureza psicológica: entre outras, a Antropologia Histórica, a História do Imaginário, a História das Mentalidades.

No seio desta nova perspectiva interdisciplinar, definem-se então formas originais de colaboração entre Psicologia e História e, no que mais diretamente diz respeito à História das Idéias Psicológicas, criam-se, neste domínio, abordagens inéditas para a leitura e a interpretação dos documentos.

Especificamente devemos ressaltar as contribuições dadas à Historiografia das Idéias Psicológicas pela História Cultural, pela Microhistória, pela História das Mentalidades.

A história das idéias psicológicas como parte da história cultural

A História Cultural, promovida pelos “novos historiadores” propõe uma nova maneira de entender a “História das Idéias”. De fato, ao definir o campo da “História das Idéias”, a referência utilizada pelos historiadores não é mais aquela da tradicional História do Pensamento, de marco hegeliano – que visava a reconstrução histórica de conceitos e teorias elaborados exclusivamente pela intelectualidade –, mas a reformulação recente deste campo de estudos por L. Goldmann (1955), em termos de uma “história das visões do mundo”. Conforme afirma Roger Chartier (1990),

a noção de visão do mundo permite articular, sem os reduzir um ao outro, o significado de um sistema ideológico descrito por si próprio, por um lado, e, por outro, as condições sociopolíticas, que fazem com que um grupo ou uma classe determinados, num dado momento histórico, partilhem, mais ou menos, conscientemente ou não, esse sistema ideológico. (p. 49)

Desse modo, recortando no âmbito deste domínio o setor relativo à História das Idéias Psicológicas, pode-se afirmar que esta se ocupa daqueles aspectos específicos da “visão do mundo” de uma determinada cultura, relacionados a conceitos e práticas que na atualidade podem ser genericamente entendidos como *psicológicos*. A definição do que é *psicológico*, nesse caso, deve permanecer necessariamente indeterminada e vaga, quase como denominação convencional e provisória a ser substituída no decorrer da pesquisa pela terminologia e demarcação de campo próprios aos específicos universos socioculturais estudados. Tratar-se-á, por exemplo, de estudar a “terapêutica moral” do século XIX, ou os “remédios para o ânimo” do século XV; ou as “paixões” do século XVI.

Em suma, a História das Idéias Psicológicas é uma reconstrução dos conhecimentos e das práticas psicológicas próprios de específicos contextos socioculturais do passado, seus objetos sendo considerados na perspectiva de uma História Cultural, a saber, como sendo relativos ao meio sociocultural em que são construídos.

A abordagem metodológica da História Cultural busca identificar, conforme afirma um dos seus mais famosos intérpretes, R. Chartier (1990), o “modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (p. 17). O espaço cultural desta História é bidimensional, abrangendo a produção cultural na especificidade de um gênero ou disciplina em suas relações com a totalidade social em que se origina. De modo diferente do que ocorrera nas mais tradicionais Histórias do pensamento, os objetos desta não são dados naturalmente nem universalmente, sendo, conforme ensina Foucault ao ocupar-se da loucura, apenas “objetivações”. Portanto, adverte Chartier,

a história intelectual não deve cair na armadilha das palavras que podem dar a ilusão de que os vários campos de discursos ou de práticas são constituídos de uma vez por todas, delimitando objectos cujos contornos, ou mesmo os conteúdos, não variam; pelo contrário, deve estabelecer como centrais as descontinuidades que fazem com

que se designem, se admitam e se avaliem, sob formas diferentes ou contraditórias, consoantes às épocas, os saberes e os actos. (p. 65).

A definição de “cultura” elaborada pelo antropólogo Clifford Geertz fornece um parâmetro significativo para a determinação do campo de História Cultural dada por Chartier:

o conceito de cultura denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida. (1973, p. 89, tradução nossa).

Nesse sentido, a História Cultural vale-se também da colaboração com a antropologia histórica, definida por Burguière como “história dos hábitos físicos, gestuais, alimentares, afetivos e mentais” (em Le Goff, 1993, p. 133). Para Marshall Sahlins (1990), o desenvolvimento da antropologia histórica faz “explodir o conceito de história pela experiência antropológica da cultura”. Deste modo, o domínio da História vem ocupar novos espaços:

A História, até há pouco tempo obscura, de ilhas remotas, merece o seu lugar ao lado da autocontemplação do passado europeu – ou da história das civilizações – por contribuições próprias e notáveis a uma compreensão histórica. Assim, multiplicamos nossos conceitos de história pelas diversidades de estruturas e assim, de repente, há um mundo de coisas novas a serem consideradas. (1990, p. 94)

A História Cultural conta também com a colaboração de outra subárea da Nova História, a saber, a História do Imaginário: esta estuda a influência das “imagens” na vida dos homens, ao longo do tempo. Não se trata, porém, apenas de imagens próprias da produção iconográfica, ou artística: conforme escreve Le Goff (1994), “englobam também o universo das imagens mentais” (p. 16). Para o historiador francês, “a história do imaginário é o aprofundamento dessa história da consciência cujo despertar na Idade Média o Padre Chenu analisou de modo tão esclarecedor” (idem). A consciência não é concebida, porém, como um fenômeno inerente à psiquê individual e sim como um “fenômeno coletivo, social e histórico.” (ibidem). A importância deste enfoque na historiografia da cultura ocidental é apontada por Le Goff, ao afirmar que “estudar o imaginário de uma sociedade é ir ao fundo da sua consciência e da sua evolução histórica. É ir

à origem e à natureza profunda do homem, criado à imagem de Deus.” (idem, p. 17). O surgimento desta consciência da natureza humana no século XII inspira a produção de todo um *corpus* de representações artísticas e iconográficas, que traduzem em signos exteriores as imagens profundas próprias do universo mental do Ocidente medieval. Nesse âmbito, então, a Psicologia e a Psicanálise auxiliam o trabalho de interpretação histórica deste tipo de documentação. Ao mesmo tempo, porém, muitos documentos objeto da História do Imaginário, tais como frontispícios de livros, mapas, tábuas, retratos e outros tipos de pinturas, podem auxiliar a reconstrução do passado no âmbito da História das Idéias Psicológicas.

Cabe por fim destacar, no âmbito da História Cultural, a contribuição de Michel Foucault (1992), cuja perspectiva histórica oferece uma interpretação original acerca da gênese das Ciências Humanas e, ao mesmo tempo, desvenda novos objetos para a Historiografia geral. As práticas sociais são consideradas por Foucault como a origem de formas novas de sujeitos e de domínios de conhecimento. Aponta-se, então, para a historicidade destes domínios.

A microhistória e a história das idéias psicológicas

Outro interessante enfoque, conseqüência da revolução historiográfica realizada pela “Nova História”, é a assim chamada “Microhistória”, representada, entre outros, por Carlo Ginsburg. Num artigo recente (1994), Ginsburg define de forma clara os fatores principais desta abordagem: em primeiro lugar, a recusa do etnocentrismo e da visão teleológica da história, próprios da historiografia do século XIX, em favor do interesse pelos indivíduos concretos e pelas características peculiares da documentação encontrada (qualquer documento, mesmo o mais anômalo, pode iluminar o trabalho da reconstrução histórica). Trata-se, conforme a expressão de Ginsburg (1994), de “reduzir a escala de observação” (p. 522) dos fatos, pois o “olhar de perto” possibilita a apercepção de algo que, de outro modo, escaparia à visão do conjunto (“macrohistória”). Tal prescrição metodológica baseia-se numa afirmação ontológica acerca da descontinuidade e da heterogeneidade da realidade. Isto explica também a adesão ao modelo construtivista, baseado no postulado de que o objeto da pesquisa histórica é construído, não dado. A ênfase no estudo do indivíduo

no contexto social, ou, mais propriamente, das “relações interpessoais” (Grendi, 1994, p. 540), enquanto sujeitos do processo histórico, permite, por meio da “reconstrução da experiência vivenciada” (Revel, 1994, p. 556) pelo sujeito, proporcionar uma modalidade de abordar e compreender o processo social global por intermédio do estudo do destino individual. Para isso, é preciso que, paralelamente à análise dos “comportamentos”, sejam evidenciados os “contextos” nos quais esses se inscrevem. “O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço, permite detectar é uma modulação particular da história global”, escreve Revel (p. 561).

Esta abordagem tem sido recentemente aplicada também ao estudo de temas próprios à História das Idéias Psicológicas. Roy Porter (1989), por exemplo, discute o estruturar-se do conceito de alienação mental e a distinção entre racionalidade e loucura, na época da Revolução Francesa, por meio da reconstrução de uma história particular, a do mercador James Tylli Matthews e do psiquiatra John Haslam, que diagnosticou e “tratou” da “loucura” de Matthews.

A psicologia histórica, a história das mentalidades e a história das idéias psicológicas

A afirmação do caráter essencial de historicidade da experiência humana, inclusive em sua dimensão psicológica, caracteriza a abordagem da Psicologia Histórica, proposta por Ignace Meyerson (1888-1983). O postulado da relatividade histórica da Psicologia humana subordina a Psicologia à História, enfatizando, portanto, a relevância cultural da Historiografia das Idéias Psicológicas, enquanto documentação da relatividade histórica de conhecimentos e práticas psicológicas, ao longo do tempo.

A tese central da Psicologia Histórica, exposta por Meyerson em sua obra *Les fonctions psychologiques et les oeuvres* (Paris, 1948), é a de que

a análise do comportamento através dos fatos históricos modifica a perspectiva do psicólogo. Ele nada tem a fazer com o homem abstrato, mas com o homem de um país e de uma época, engajado no seu contexto social e material, visto através de outros homens igualmente de um país e de uma época. (em Penna, 1987, p. 25).

Nesse sentido, questiona-se a legitimidade de uma Psicologia geral do homem entendida como conhecimento de leis universais da mente ou do comportamento humano, sendo, pelo contrário, necessário contextualizar a indagação acerca do homem psíquico, no âmbito histórico sociocultural de sua existência concreta. Meyerson, portanto, propõe uma psicologia pluralista, partindo da constatação de que, em todos os tempos e em todas as culturas, o homem tem se interrogado acerca de si mesmo; ao longo da história tal interrogação assumindo, porém, formas diferentes (Leroy, 1986). O que implica uma ruptura com relação às posições universalistas da Psicologia Clínica, da Psicologia Fisiológica, da Psicologia Experimental tradicionais, e uma redefinição em termos históricos dos conceitos utilizados por elas. Objetos como as “cores”, a “pessoa”, o “tempo”, o “espaço”, o “trabalho”, a “linguagem” e os “sinais” são assim revisitados pela Psicologia Histórica, conforme documentam as atividades desenvolvidas pelo “Centre de Recherches de Psychologie Comparative” dirigido por Meyerson, ao longo de mais de 30 anos de vida (desde 1950 até 1986) (Leroy, 1986).

A partir dos anos 60, consolidou-se novo setor dos estudos históricos, chamado “História das Mentalidades”, particularmente próximo à Psicologia Histórica, mas percorrido principalmente pelos historiadores, e não pelos psicólogos. Nesse enfoque, os comportamentos e as crenças da vida cotidiana de uma sociedade revelaram-se significativos de um sistema de representação do mundo profundamente vinculado com as formulações intelectuais mais elaboradas (concepções religiosas ou filosóficas, sistemas científicos, etc.).

O conceito de mentalidade, introduzido por Lucien Febvre em 1939, era “suficientemente incerto e suficientemente aberto para digerir a contribuição das outras disciplinas”. (Burguière, em Le Goff, 1993, p. 148). Na perspectiva de Febvre, o estudo da História das Mentalidades demonstra a existência de atitudes mentais relativas a determinadas épocas históricas: assim, por exemplo, certas coisas que eram concebíveis e aceitáveis num determinado período, deixam de sê-lo em outra época e em outra cultura. Trata-se de atitudes diante da morte, da doença, do corpo, da vida, da idade, etc. Desse modo “questões capitais surgiam (...) requerendo explicações psicológicas e antropológicas outrora reservadas a médicos, moralistas, juristas, ou que pareciam pertencer ao domínio do não escrito em que os

historiadores ainda nunca haviam tido a idéia de penetrar”. (Ariès, em Le Goff, 1993, pp. 159-160).

Na definição de J. Le Goff, “o nível da história das mentalidades é o do cotidiano e do automático, é aquilo que escapa aos sujeitos individuais da história porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento” (em Chartier, 1990, p. 41). Mais abrangente é a definição dada por R. Mandrou: a mentalidade é o que “é concebido, e sentido, o campo da inteligência e do afectivo” (idem). Comenta Chartier:

Daí, a atenção prestada às categorias psicológicas, tanto como (e mais, sem dúvida) às categorias intelectuais, e portanto um distanciamento suplementar entre uma história das mentalidades assim identificada com a psicologia histórica, e a história intelectual na sua definição tradicional (...). Assim, (...) são as categorias psicológicas essenciais – as que funcionam na construção do tempo e do espaço, na produção do imaginário, na percepção coletiva das actividades humanas – que são postas no centro da observação e apreendidas no que têm de diferente consoante às épocas históricas. (1990, p. 42)

Philippe Ariès define o método da História das Mentalidades em termos de compreensão das diferenças: existe

a percepção de uma diferença entre duas mentalidades, uma, que se supõe conhecida, que serve de “testemunha” e à qual o historiador se refere; a outra, enigmática, discutível, terra incógnita que o historiador se propõe a descobrir. Nesse caso, porém, descobrir é primeiro compreender uma diferença. (idem, p. 171).

Esta “diferença” separa outra cultura da nossa e assegura-lhe uma originalidade. Portanto, toda curiosidade histórica e toda percepção das diferenças têm como ponto de origem nossa mentalidade contemporânea. Talvez, a crise atual da modernidade contribua para aumentar o fascínio pela alteridade que o passado encerra em si.

Um exemplo significativo da metodologia utilizada pela História das Mentalidades, ao abordar o estudo das “idéias psicológicas” do homem de outras épocas e culturas, é o trabalho de Aaron Gourevitch (1993) acerca das categorias de “individualidade” e de “personalidade”, na Idade Média. Antes de mais nada, Gourevitch estabelece uma diferença entre o conceito de “personalidade” e o de “individualidade”: a personalidade é uma

construção social e cultural, adquirida por meio da interiorização da visão do mundo de um determinado grupo social; enquanto que a individualidade é um *eu* capaz de reconhecer a si mesmo como sujeito específico e peculiar. A seguir, ele demonstra que, na maioria dos casos, os historiadores referem-se à subjetividade medieval fazendo uma confusão entre os dois termos, por exemplo, interpretando “topoi” e expressões retóricas utilizadas pelos escritores medievais, inerentes à personalidade, como sinais da individualidade. Por outro lado, Gourevitch aponta que a personalidade medieval deve ser estudada a partir de referenciais característicos do universo sociocultural da época, não podendo, portanto, serem utilizados modelos interpretativos próprios da Psicologia moderna e da Psicanálise. De modo semelhante, o processo de tomada de consciência de si mesmo do homem medieval dificilmente pode ser apreendido pelo historiador e, de qualquer forma, é muito diferente da modalidade em que o homem de hoje vivencia este mesmo processo. Assim, por exemplo, Gourevitch, ao analisar a obra do místico medieval Opicinus de Canistris, evidencia que as expressões da autoconsciência de si mesmo presentes no texto podem aparecer ao leitor moderno como sintomas de loucura!

Um esclarecimento: a diferença entre a psicologia histórica e a psichistória

Apesar da semelhança terminológica, a Psicologia Histórica diferencia-se profundamente da Psichistória: esta abordagem, inspirando-se em algumas tentativas de análises de material histórico elaboradas por Freud – mais propriamente como ensaios literários do que como indagações científicas (é o caso dos estudos sobre Leonardo da Vinci e Moisés e o Monoteísmo, em: Freud, 1969a e b) –, propõe-se a explicar os fenômenos históricos em termos de categorias mentais universais, subordinando então a História à Psicologia ou à Psicanálise. Em suma, trata-se de analisar as motivações dos agentes de processos históricos em termos psicológicos ou, conforme afirma Lloyd De Mause (1981), trata-se de uma “ciência da motivação histórica” (p. 179), considerando-se os fenômenos políticos, sociais e econômicos como produtos da psicodinâmica humana (Ebel, 1989). O método da Psichistória é a identificação dos “atores” do drama histórico e a análise, por meio da compreensão dos documentos, das motivações inconscientes dos processos históricos.

A crítica freqüentemente feita a esta abordagem pela Historiografia geral, a partir das observações de L. Febvre, é a de ser reducionista e presentista, pois considera o homem do passado nos moldes de uma Psicologia do século XX.

É possível – questionava Febvre – que o historiador utilize a psicologia produzida pela observação do homem do século XX, para interpretar as ações do homem do passado? (Bizière, 1983, p. 92)

Pode ocorrer, além do mais, um uso anacrônico dos termos, de forma que palavras que denotam hoje determinados sentimentos ou idéias, assumam para nós estes mesmos significados quando encontradas em documentos do passado. Na realidade, ao longo do tempo, os significados dos termos utilizados para definir as experiências psicológicas podem mudar.

Os métodos da historiografia da psicologia científica

No que diz respeito à História da Psicologia científica, em sentido próprio, ela vem sendo considerada hoje como parte do domínio da História das Ciências. Como tal, utiliza os métodos e as abordagens por esta elaborados, informados pela Filosofia da Ciência.

A contribuição da filosofia da ciência

Popper (1993) ensinava que o conhecimento científico é sempre provisório. O jogo da ciência seria exatamente buscar a falsificação das teorias. As hipóteses seriam válidas somente enquanto não fossem falsificadas, ou enquanto não fossem substituídas por novas hipóteses, melhor formuladas. Neste modelo, a tarefa do historiador seria buscar os momentos em que determinadas teorias foram falsificadas ou, pelo contrário, não tendo sido falsificadas, foram consideradas confirmadas.

Kuhn (1975), entretanto, pensava a evolução da ciência por meio de revoluções. As interpretações hegemônicas em um dado período histórico seriam substituídas por um novo modelo de explicação, em um processo brusco de ruptura, quando o acúmulo de anomalias (eventos ou hipóteses que contradizem o modelo dominante) evidenciasse a sua inadequação. A esses modelos de interpretação Kuhn deu o nome de paradigmas, definindo-os como uma forma de pensamento que contém elementos explícitos e

implícitos, e que guia o raciocínio de uma dada comunidade científica durante um certo período. A ocorrência dessas rupturas, ou revoluções, questionava a idéia de que a ciência procede por uma progressiva acumulação de conhecimentos. A imagem mais adequada, segundo Kuhn, seria a de um processo de rupturas que repentinamente modificam o modo de pensar, as heurísticas e os estilos de interpretação então predominantes. A descrição do desenvolvimento científico proposta por Kuhn dá lugar para se pensar a existência de modelos de interpretação divergentes, ou mesmo antagônicos, competindo para se impor por meio de um conjunto de evidências. Neste caso, o historiador da ciência buscaria esses momentos bruscos de ruptura e a emergência de novos paradigmas.

Lakatos (1989), por sua vez, critica Kuhn por não haver dado uma explicação racional para a ocorrência das crises e rupturas no desenvolvimento científico. As anomalias estariam presentes mesmo em períodos de “ciência normal”, isto é, de produção cumulativa. O que provocaria a súbita irrupção de uma crise e de uma mudança de paradigma. Os paradigmas sucessivos, por outro lado, seriam incomensuráveis, ou seja, não existiriam critérios racionais para compará-los. Seria, pois, inteiramente aleatória (ou irracional, para Lakatos) a emergência de novos paradigmas.

Lakatos propõe um modelo um pouco diferente para a evolução e progressiva substituição das teorias científicas. A idéia é que, em cada domínio do conhecimento, teorias rivais estão em constante competição pela hegemonia. Cada teoria teria momentos de mudança progressiva, ou de mudança regressiva, conforme seu sucesso (ou não) na explicação dos fenômenos que se propõe a estudar. O trabalho do historiador da ciência, neste caso, seria buscar os debates entre programas de investigação rivais e analisar os motivos que levariam à hegemonia de um conjunto de hipóteses, a partir dos debates entre eles.

Muitos historiadores da Psicologia buscam encontrar a origem das teorias na própria evolução do pensamento científico. É quando, por exemplo, atribuem-se os progressos da Psicologia às descobertas da Biologia, ou ao uso do método experimental. Contudo, esta é uma explicação que trabalha com a hipótese de que o que determina o progresso científico é a acumulação de conhecimentos. Se, para Kuhn ou Lakatos, não se trata de acumulações, mas de rupturas, e nem sempre são os critérios

racionais que engendram estas últimas, como explicar a emergência de paradigmas divergentes e sua permanência?

É neste ponto que se costuma recorrer a explicações externalistas.

Aliás, é o próprio Lakatos que lembra essa distinção fundamental entre a explicação internalista e a externalista. Para ele, assim como para Popper, o mundo científico se dividiria em três: o mundo da matéria, o mundo da consciência e o mundo das proposições, ou do conhecimento objetivo. O mundo das proposições requer a reconstrução racional. Os outros dois mundos, da matéria e da consciência, estariam sujeitos à dinâmica das influências externas ao fazer científico, isto é, aos fatores sociopsicológicos e, mais amplamente, aos movimentos da sociedade e da cultura. Embora considere a história interna a mais importante, é o mesmo Lakatos quem lembra:

Ninguna teoría de la racionalidad podrá explicar nunca la desaparición de la genética mendeliana de la Rusia soviética en la década de 1950, o las razones por las que algunas escuelas de investigación sobre diferencias raciales genéticas o sobre la economía de la ayuda exterior, quedaran desacreditadas en los países anglosajones en la década de 1960. (1989, p. 149)

No caso da Psicologia Científica, cujas hipóteses básicas derivam de observações do senso comum, e cujo desenvolvimento está estreitamente vinculado a demandas sociais e institucionais, as abordagens internalista e externalista são frequentemente combinadas.

História da psicologia e história das ciências

A História das Ciências tem como pressuposto a afirmação da historicidade das mesmas: responde, portanto, à exigência de compreender a identidade conceitual e metodológica de uma determinada disciplina científica em seu contexto dinâmico. Seus objetivos específicos são os de entender a construção histórica de conceitos e métodos científicos; estudar as condições econômicas e sociais que presidiram a emergência dos ditos métodos e conceitos; interpretar o desenvolvimento científico em termos de uma determinada teoria da história, por um lado, e de uma específica definição de ciência, por outro. Embora a disciplina “História das Ciências” seja bastante antiga, sendo possível encontrar suas origens remotas no

programa baconiano de “História da Cultura” e posteriormente no projeto para o ensino no Collège de France, formulado por Auguste Comte em 1832, apenas recentemente adquiriu status acadêmico respeitável. Afirma A.G. Debus (1991) que

até praticamente meados deste século, pensava-se que a História das Ciências era uma disciplina adequada principalmente para os cientistas que se voltavam para o escudo de suas especialidades no final de sua carreira, quando seus dias de pesquisa científica ativa haviam terminado. (p. 3)

Pela sua própria natureza de disciplina histórica, tendo por objeto diversas áreas da cultura científica, a História das Ciências tem um caráter interdisciplinar. De fato, se considerarmos a produção recente no campo, pode-se concordar com Debus acerca do fato de que

as forças e as interpretações desafiando os historiadores da ciência nas últimas três décadas refletem muitos dos problemas recorrentes a todos os historiadores neste mesmo período. (p. 3)

Esta relação tornou-se explícita e fecunda só recentemente, pois, no passado, as relações entre a História das Ciências e a História não foram suficientemente desenvolvidas pelos primeiros historiadores das ciências.*

Por outro lado, a História das Ciências tem desenvolvido metodologias próprias para a análise do desenvolvimento histórico das diversas disciplinas científicas, sob a influência da Epistemologia. Esta, tendo função prescritiva acerca da identidade de uma ciência determinada (pelo fato de propor critérios de demarcação entre o que é a ciência e outros tipos de conhecimentos), inevitavelmente condiciona a História,

* Um aspecto da fecundidade desta interação é apontado por Jacques Roger (1993), que aplica o conceito de *mentalidades* – formulado no âmbito da historiografia geral – à História das Ciências, definindo a *mentalidade* como um conjunto de atitudes coletivas. Assim, pode-se aplicar esta categoria à História das Ciências em dois níveis: em primeiro lugar, como escudo das relações de convergência e oposição entre a mentalidade da cultura popular e a mentalidade da elite científica; em segundo lugar, como estudo da *mentalidade científica*, ou seja, das atitudes que, no âmbito de uma determinada comunidade científica, tomaram-se inconscientes, “espontâneas” inquestionáveis. Para dar um exemplo, a comunidade científica do século XIX apresenta várias destas atitudes: a fé num progresso infinito e necessário, a sacralização da ciência, a hostilidade com relação a toda forma de pensamento e de experiência religiosos, o reducionismo, o dogma da desigualdade entre as raças humanas. Desse modo, a mentalidade científica torna-se um produto fossilizado da história intelectual, desaparecendo toda justificativa racional.

fornecendo-lhe parâmetros para delimitar o objeto de suas análises. Assim sendo, existem atualmente diversas abordagens metodológicas em História das Ciências, tais como o paradigma *indutivista*, herança de uma visão positivista da ciência e de seu progresso; o paradigma *historicista* derivado do marxismo; o paradigma *convencionalista* e o *racionalista*, ambos herdeiros da filosofia kantiana e hegeliana; o paradigma *internalista*, que se ocupa da dinâmica evolutiva interna do pensamento científico, e o *externalista* que, pelo contrário, busca compreender as mudanças científicas a partir do contexto social; o paradigma kuhmano das “revoluções científicas” (*descontínuista*) e o paradigma *contínuista* de P. Duhem, que estabelecem relações profundas entre a história do pensamento científico e a tradição cultural mais antiga, objeto da História das Idéias.

Evidentemente, estas propostas metodológicas influenciam a Historiografia da Psicologia. Se os primeiros psicólogos-historiadores inspiravam-se no modelo historiográfico positivista, já há exemplos da introdução de outras abordagens no âmbito dos estudos históricos em Psicologia.

A “bíblia” da historiografia da psicologia moderna, o *livro* *Historiography of Modern Psychology* (1980) de Brožek e Pongratz, por exemplo, descreve cinco abordagens possíveis nesta área de estudos: 1) a abordagem biográfica, baseada na reconstrução da história de vida dos cientistas; 2) a abordagem descritiva e analítica, baseada na reconstrução dos acontecimentos históricos a partir do levantamento de fontes primárias e na busca da compreensão de cada elemento do fato histórico no seio de seu contexto de produção; 3) a abordagem quantitativa, que aplica a análise historiométrica à literatura psicológica; 4) a abordagem da história social, enfatizando a primazia dos fatores sociais para explicar a evolução da psicologia científica; 5) o enfoque sociopsicológico, que busca combinar a primeira e a quarta abordagens.

Os métodos historiográficos quantitativos

Os estudos quantitativos realizados por Brožek (1980) apontam para a fecundidade heurística desta metodologia: por exemplo, o estudo da “longevidade da citação” pode ser utilizado como critério para reconstruir a importância histórica de uma obra. Tal enfoque foi aplicado, entre outros, na pesquisa acerca de um artigo do fisiólogo holandês F.C. Donders,

publicado no ano de 1868: foram estudadas as citações deste artigo ao longo de cem anos, verificando-se que o número de citações aumentara na década entre 1940 e 1950 (Brožek, 1970).

Um trabalho já bastante conhecido realizado por meio de uma abordagem quantitativa é a pesquisa sobre Wundt no contexto da Psicologia americana, realizada por Brožek (1980): o objetivo era a caracterização quantitativa das mudanças no tempo da frequência das citações de Wundt em 90 volumes (1887-1977) de uma revista científica norte-americana, o *American Journal of Psychology*, o mais antigo periódico americano de Psicologia científica. Os resultados indicavam com clareza o declínio do impacto de Wundt sobre a psicologia norte-americana, sendo que a frequência das citações dos trabalhos de Wundt decresce dos primeiros 30 volumes da revistas (72,3%) para os últimos 30 volumes (7,7%).

Os métodos quantitativos revelam-se muito fecundos também como instrumentos para avaliar o interesse pelas teorias psicológicas relativo ao clima sociocultural de um determinado período histórico.

As traduções de livros de Psicologia num determinado país podem ser consideradas, por exemplo, como indicadores de seu clima político e cultural do mesmo país. Um trabalho neste sentido foi desenvolvido por Brožek no que diz respeito à Iugoslávia no pós-guerra, na época do regime de Tito. As primeiras traduções foram traduções de livros russos, mas, em meados dos anos 50, apareceram algumas traduções de obras francesas e alemãs. A partir de 1960, a literatura americana tornou-se dominante (Brožek, 1972).

Para reconstruir a estrutura da Psicologia soviética nos anos 60, Brožek (1969) analisou do ponto de vista quantitativo os conteúdos das Atas da Terceira Reunião da Sociedade Soviética de Psicologia, em 1968, especificando o número das contribuições apresentadas referentes às diversas áreas da Psicologia. Os resultados apontam para a relevância da Psicologia da Criança e da Educação no contexto soviético (29,2% das contribuições foram apresentadas nesta área).

Um estudo bibliométrico mais recente (1994) refere-se às relações entre a Psicologia Tcheca e o contexto internacional, por meio da análise quantitativa das citações contidas nos trabalhos do psicólogo T.G. Masaryk (1850-1937), publicados no período entre 1880 e 1900, citações referentes à

literatura psicológica em diversos idiomas. As citações dos trabalhos psicológicos demonstram uma interação ativa com a literatura mundial. Especificamente, além de publicações tchecas, entre 163 obras psicológicas citadas por T.G. Masaryk, 42% foram em língua alemã, 26% em francês e 32% em inglês.

A historiografia internalista

Os trabalhos que se utilizam desta abordagem metodológica enfatizam a análise da lógica interna da produção intelectual, focalizando a evolução científica a partir das contribuições originais dos autores ou analisando a lógica que preside a elaboração de conceitos relevantes para a História da Psicologia. Neste segundo sentido, tal perspectiva pode ser definida também como História Conceitual.

A abordagem historiográfica denominada por Pongratz (1980) como “descritivo-analítica” e a leitura da História da Psicologia em termos de tentativas de solução de controvérsias teóricas podem ser consideradas aplicações deste enfoque.

O “internalismo” é uma leitura historiográfica sem dúvida muito fecunda, sobretudo ao evidenciar os problemas teóricos fundamentais da psicologia moderna e ao proporcionar uma leitura epistemológica da evolução histórica da Psicologia, como demonstram os estudos desenvolvidos neste âmbito, por exemplo, o livro *Antinomie epistemologiche nella psicologia contemporanea* (1977) de S. Marhaba. Um exemplo clássico, nesse sentido, é o estudo de R. Watson sobre a Psicologia como “Ciência Prescritiva” (1967), as prescrições sendo orientações gerais que guiam a pesquisa psicológica. Estas teriam uma precisa conotação histórica e articular-se-iam, em muitos casos, em duplas contrastantes.

Trabalhos mais recentes, ao proporem a análise histórica de alguns conceitos, oferecem exemplos de *histórias conceituais*, numa perspectiva *internalista*: seriam eles, a *História da histeria* (1991) de E. Trillat; a *Pré-história do condicionamento* (1976) e *A loucura e as épocas* (1994) de I. Pessotti; a investigação sobre as origens históricas do conceito de neurose de López Piñero (1983); o artigo de S. Diamond (1973) sobre as origens do

conceito de instinto; o trabalho de Ch. Cofer (1981) sobre a história do conceito de motivação e o de S. Jackson (1983) sobre a melancolia.

A historiografia externalista

A introdução da abordagem *externalista* na historiografia da Psicologia realiza-se por meio da influência da “História Social das Idéias”; em particular, o trabalho de M.G. Ash (1987) sobre as relações entre Psicologia e Política em Viena, no período entre as duas guerras mundiais, bem como o livro de R.C. Fuller (1982) sobre o mesmerismo e a terapia do *eu*, nos Estados Unidos, e a obra de Mintz e Kellogg (1987) dedicada à História Social da família americana são representativos deste tipo de análise historiográfica. Outros exemplos recentes de abordagem *externalista* são o artigo de D. Leary (1987) sobre a institucionalização da “Nova Psicologia” nos Estados Unidos e o ensaio de I. Nicholson (1994) acerca das relações entre a “Nova Psicologia” e o Protestantismo americano. O manual de História da Psicologia organizado por M.G. Ash e W. Woodward (1987) reflete a mesma orientação.

As contribuições de K. Danzinger (1979a e b, 1984, 1989, 1990a e b) traçam um itinerário por ele mesmo definido como “História Crítica da Psicologia”, em que o processo histórico é considerado como o produto da interação dinâmica entre os atores humanos e o contexto social.

O texto *Psicologia: tra ideologia e scienza* (1974) do autor italiano Dario Romano propõe uma perspectiva histórico-crítica na abordagem do estudo de conceitos utilizados pela Psicologia moderna, tais como a percepção, o *eu*, o inconsciente.

Todos estes trabalhos, em suma, procuram evidenciar as relações entre o desenvolvimento da Psicologia e o contexto sociocultural e político onde esta é produzida, ensinada e praticada. Procura-se esclarecer também como um determinado contexto interfere nos pressupostos adotados pelas escolas psicológicas e na própria elaboração dos conceitos por estas elaborados (Leahy, 1987).

Trata-se de uma orientação adotada por muitos historiadores da psicologia contemporâneos. Conforme enfatiza Campos (1996),

a psicologia é uma ciência que utiliza, na elaboração de suas teorias, conceitos retirados do senso comum, da vida cotidiana em uma determinada sociedade. Por outro lado, o pesquisador em psicologia participa da sociedade em que vive, e tem opiniões definidas em relação a muitas das questões que estuda, e que afetam sua vida como cidadão. As instituições onde trabalham os pesquisadores também interferem na sua produção teórica, na medida em que buscam incentivar estudos em determinada área mais do que em outra. Assim, o estudo da história da psicologia no contexto sócio-cultural e institucional, e dos efeitos deste contexto no desenvolvimento da disciplina, vem ganhando mais espaço. A idéia de que a atividade de produção do conhecimento científico é um empreendimento social fortemente influenciado pelas ideologias e forças sócio-políticas que o tornam possível fica cada vez mais presente. (p. 14)

Um dos fatores que contribuiu de modo significativo para que os historiadores da psicologia assumissem esta ótica é o clima de crítica social que marcou as décadas de 60 e 70. Um dos efeitos desta crítica foi o desvelamento das relações entre teorias e práticas psicológicas e poder dominante, relações que marcaram, entre outras, a atuação de muitos profissionais das ciências do comportamento ao longo do século XX.

Um dos expoentes mais importantes da abordagem externalista na Historiografia da Psicologia, o já citado M.G. Ash (1987), aponta para algumas orientações emergentes neste âmbito: a tendência a interpretar os acontecimentos “internos” na pesquisa em termos do contexto “externo” no qual ocorrem; o estabelecimento de relações entre o pensamento e a prática dos psicólogos e o sistema de crenças e valores ao qual estes aderem; o impacto da política e das ideologias na evolução das idéias e das práticas psicológicas. Desse modo, a História da Psicologia transforma-se num capítulo da História Social.

A discussão acerca da perspectiva descontinuísta versus a perspectiva continuísta, na historiografia da psicologia

A proposta historiográfica de Th. Kuhn (*A Estrutura das Revoluções Científicas*, 1962; 1975 ed. bras.) introduziu na historiografia da Psicologia a discussão acerca da possível existência de descontinuidades e rupturas na evolução histórica da área. Existiriam “revoluções científicas” no âmbito da História da Psicologia científica? Ou a Psicologia teria evoluído de uma

forma continuísta? (Buss, 1978; Lipsey, 1974, Palermo, 1971; Suppe, 1984).

Nesse sentido, cabe citar os questionamentos propostos por Roger Smith (1988) e por K. Danzinger (1990b) acerca da ausência de um objeto único e de uma terminologia unívoca na História da Psicologia. Com efeito, não existiria, para Smith, uma História da Psicologia e sim diversas “Psicologias” com desenvolvimentos históricos peculiares. Da mesma forma, Danzinger enfatiza que termos psicológicos tais como sensação, percepção, motivação, estimulação, etc. assumiram significações diferentes em diversos períodos históricos.

Tratar-se-ia então de uma descontinuidade profundamente enraizada no pensamento psicológico, e visível ao longo da história.

Numa perspectiva continuísta, pelo contrário, o saber psicológico desenvolver-se-ia de modo linear e cumulativo, não havendo cortes entre História da Psicologia Científica e História das Idéias Psicológicas. Muitos autores que formularam conhecimentos psicológicos no passado longínquo seriam então considerados como precursores de teorias mais recentes.

Na realidade, cada uma das duas perspectivas trouxe contribuições importantes à Historiografia da Psicologia, do ponto de vista metodológico. Se o descontinuísmo alertara para a necessidade de considerar o reconhecimento da diversidade como elemento fundamental do trabalho historiográfico, por outro lado, o continuísmo valorizara formas de conhecimentos que, elaborados num passado longínquo, ainda conservam um valor heurístico atual.

O pluralismo metodológico

Em suma, a relação entre a Historiografia da Psicologia e a Historiografia das Ciências proporciona à primeira uma pluralidade de modelos e métodos. Em muitos casos, um enfoque “multifásico” e funcional ao específico problema abordado é utilizado pelos historiadores.

Cabe ao historiador da Psicologia, conforme afirmam Hilgard, Leary e McGuire (1991), a escolha dos métodos mais apropriados para a indagação historiográfica acerca de um determinado tema, num determinado período de tempo, num dado contexto, no âmbito de sua área

de estudos. O método não deve ditar os tópicos da pesquisa. A peculiaridade do objeto da Psicologia e a ambigüidade do status epistêmico da mesma ao longo da História comportam exigências específicas que se impõem a qualquer pesquisador que pretenda elaborar um projeto de investigação na área.

Por fim, gostaríamos de frisar que componentes essenciais do método historiográfico são a curiosidade, as perguntas, os interesses culturais e sociais de cada historiador. Se, conforme escreve Ariès (1989), “a história se concebe como um diálogo onde o presente não está nunca ausente,” a reconstrução histórica então é “não apenas uma técnica de especialista, mas uma maneira de ser no tempo do homem moderno” (p. 246).

Referências

- ARIÈS, PH. (1989). *O Tempo da História*, Rio de Janeiro, Alves.
- ASH, M.G. (1987). “Psychology and policies in interwar Vienna: the Vienna Psychological Institute, 1922-1942.” In: ASH, M.G., WOODWARD, W. R. (org.), *Psychology in Twentieth-Century Thought and Society*, New York, Cambridge University Press, pp. 143-64.
- ASH, M.G. & WOODWARD W.R. (Eds.) (1987). *Psychology in Twentieth-Century Thought and Society*, Cambridge e New York, Cambridge University Press.
- BROŽEK, J. (1969). “Spectrum of Soviet psychology: 1968 model”. In: *American Psychologist*, 24, pp. 944-946.
- _____. (1970). “Citation longevity and the timing of mental operations. Proceedings of the 78th Annual Convention”. In: *American Psychological Publications*, pp. 787-788.
- _____. (1972). “Quantitative explorations in the history of psychology in Yugoslavia: Translations”. In: *Psychological Reports*, 31, pp. 397-398.
- BROŽEK, J. & PONGRATZ, L.J.,(org.) (1980). *Historiography of Modern Psychology*, Toronto, Hogrefe.
- _____. (1980). “Quantitative approach: Wundt in America”. In: BROŽEK, J. & PONGRATZ, J.L., (org.), *Historiography of Modern Psychology*, Toronto, Hogrefe, pp. 290-301.

- BUSS, A.R. (1978). "The structure of psychological revolutions". In: *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 14, pp. 57-54.
- CAMPOS, R. & H.F. (1996). *Reconstrução da história da Psicologia educacional: relações entre a Escola de Genebra e os movimentos sociais de defesa dos direitos humanos*, mimeo, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- CHARTIER, R. (1990). *A História Cultural. Entre prática e representações*, 1982, Lisboa, Difel.
- COFER, CH.N. (1981). "The history of the concept of motivation". In: *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 17, pp. 48-53.
- DANZINGER, K. (1979a). "The positivist repudiation of Wundt". In: *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 15, pp. 205-230.
- _____. (1979b). "The social origins of modern psychology." In: BUSS, A.R., *Psychology in Social Context*, New York, Irvington, pp. 27-45.
- _____. (1984). "Toward a critical historiography of psychology". In: *Revista de Historia de la Psicología*, vol. 5, pp. 99-108.
- _____. (1989). *Textbook history and the problem of historical continuity*, 50th Annual Meeting. Canadian. Psychology. Association, Halifax, 8-9 de junho.
- _____. (1990a). *Constructing the Subject: Historical Origins of Psychological Research*, New York, Cambridge Univ. Press.
- _____. (1990b). "Generative metaphor and the history of psychological discourse." In: LEARY, D.E., (org.), *Metaphors in the History of Psychology*, New York, Cambridge Univ. Press, pp. 331-356.
- DEBUS, A.,G. (1991). "A ciência e as humanidades: a função renovadora da indagação histórica". In: *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, vol. 5, pp. 3-13.
- DIAMOND, S. (1973). "Gestation of the Instinct Concept." In: SULLIVAN, J.J., JAYNES, J. & HENLE M., *Historical conceptions of Psychology*, New York, Springer, pp. 150-165.
- EBEL, H. (1989). "The Past, the Present and the Future of Psychohistory". In: *The Journal of the Psychohistory*, pp. 291-309.
- FULLER, R.C. (1982). *Mesmerism and the Cure of American Souls*. Philadelphia, Univ. Penn. Press.
- GINSBURG, C. (1994). "Sulla Microstoria". In: *Quaderni Storici*, vol. 86, a. 29, n. 2, pp. 511-539.

- GOUREVITCH, A. (1993). "L'individualité au Moyen Age. Le cas d'Opicinus de Canistris", *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n.5, pp. 1263-1280.
- GRENDI, E. (1994). "Ripensare la Microstoria?". In: *Quaderni Storici*, vol. 86, a. 29, n. 2, pp. 539-549.
- HILGARD, E.R, LEARY, D.E. & MACGUIRE, G.R (1991). The History of Psychology: A Survey and Critical Assessment. In: *Annal Review Psychology*, vol. 42, pp. 79-107.
- JACKSON, S.W (1983). "Melancholia and partial insanity". In: *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 19, pp. 173-184.
- KUHN, Th. (1962). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva.
- LAKATOS, Imre. (1989). *La Metodología de los Programas de Investigación Científica*. Madrid: Alianza Ed.
- LE GOFF, J. (1974). "Les mentalités. Une histoire ambiguë". In: LE GOFF, J., *Faire L'Histoire*, Paris, Gallimard, tomo III, pp. 76-94.
- _____. (1993). *A Nova História*, 1978, São Paulo, Fontes.
- _____. (1994). *O Imaginário Medieval*, Lisboa, Estampa.
- LEARY, D. (1987). "Telling likely stories: the rhetoric of the New Psychology". In: *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 23, pp. 315-331.
- LEAHY, T (1987). *A History of Psychology: Main Currents in Psychological Thought*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.
- LEROY, P. (1986). "Eléments pour une biographie. Le Centre de recherches de Psychologie Comparative d'Ignace Meyerson. Trente ans de Psychologie Historique". In: *Journal de Psychologie Normal et Pathologique*, n. 1-2, pp. 93-101.
- LIPSEY, M. (1974). "Psychology: preparadigmatic, postparadigmatic or misparadigmatic?". In: *Scientific Studies*, 4, pp. 406-410.
- MARHABA, S. (1977). *Antinomie epistemologiche nella psicologia contemporanea*, Firenze, Giunti Barbera.
- MEYERSON, I. (1948). *Les fonctions psychologiques et les oeuvres*, Paris, Vrin.
- MINTZ, S. & KELLOGG, S. (1987). *Domestic Revolutions: A Social History of American Family Life*, New York, Free Press.
- NICHOLSON, I. (1994). "Academic professionalization and protestant reconstruction, 1890-1902: George Albert Coe's Psychology of

- religion". In: *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 30, pp. 348-363.
- PALERMO, D.S. (1971). "Is a scientific revolution taking place in psychology?". In: *Scientific Studies*, 1, pp. 135-155.
- PENNA, A.G. (1987). *História e Psicologia*, São Paulo, Vertice.
- PESSOTTI, I. (1976). *Pré-história do Condicionamento*, São Paulo, Hucite-Editora da Universidade de São Paulo.
- _____. (1994). *A loucura e as épocas*, Rio de Janeiro, Editora 34.
- PIÑERO, J.M.L. (1983). *Historical Origins of the Concept of Neurosis*, Cambridge, Cambridge University Press.
- POPPER, Karl. (1993). *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix.
- PORTER, R. (1989). "Ragione e follia nella rivoluzione francese". In: *Quaderni Storici*, vol. 71, a. 24, n. 2, pp. 563-588.
- REVEL, J. (1994). "Microanalisi e costruzione dei sociale". In: *Quaderni Storici*, vol. 86, a. 29, n. 2, pp. 549-575.
- ROGER, J. (1993). "History os Science: problems and practices". In: *Nuncius: Annali di Storia della Scienza*, a.8, v.1, pp. 3-26.
- ROMANO, O. (1974). *Psicologia: tra ideologia e scienza*, Milano, Mazzotta.
- SHALINS, M. (1990). *Ilhas de História*, Rio de Janeiro, Zahar.
- SMITH, R. (1988). "Does me history of psychology have a subject?". In: *History Human Sciences*, vol. 1, p. 147-177.
- SUPPE, F. (1984). "Beyond Skinner and Kuhn". In: *New Ideas in Psychology*, 2, pp. 89-104.
- TRILLAT, E. (1991). *História da Histeria*, 1986, São Paulo, Escuta.

Bibliografia

- ARIÈS, PH. (1981). *História Social da Criança e da Família*. 1973, Rio de Janeiro, Guanabara.
- BENDERSKY, J.W (1988). "Psychohistory before Hitler: early military analyses of German national Psychology". In: *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 24, pp. 166-182.
- BERGER, P.L., & LUCKMANN, TH. (1976). *A construção social da realidade*, 1966; Petrópolis, Vozes. (Coleção Antropologia, n. 5).
- BIZIERE, J .M. (1983). "Psychohistory and 'Histoire des Mentalités'". In: *The Journal of Psychohistory*, vol. 11, n.1, pp. 89-109.

- BORING, E.G. (1927). "The problem of originality in science". In: *American Journal of Psychology*, vol. 39, pp. 70-90.
- _____. (1929). *A History of Experimental Psychology*, New York, Century.
- _____. (1942). *Sensation and Perception in the History of Psychology*, New York, Appleton Century.
- _____. (1963). *History, Psychology, and Science: Selected Papers*, (Ed.) R.I. Watson, D.T. Campbell, New York, Wiley.
- BROŽEK, J. & HOSKOVEC, J. (1994). "Czech psychology in international context: Three samples from the 1860s-1930s". In: *Psychologie und Geschichte*, 6(3-4), pp. 341-346.
- CANGUILHEM, G. (1977). *Ideologia e Racionalidade nas Ciências da Vida*, Lisboa, Edições 70.
- DE MAUS E, L. (1981). "What is Psychohistory". In: *The Journal of Psychohistory*, vol. 2, n. 9, pp. 179-184.
- DEWSBURY, D.A. (1990). "Wither the introductory course in the history of psychology?". In: *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 26, pp. 371-377.
- DILTHEY, W (1945). *Psicología y Teoría del Conocimiento*, 1924, México, Fundo de Cultura Economica.
- DUBY, G. et alii (1986). *História e Nova História*, 1980, Lisboa, Teorema.
- DUHEM, p. (1908). "Salvar os Fenômenos", 1984. In: *Suplemento aos Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, vol. 3.
- DUPRONT A (1961). "Problemes et méthodes d' une histoire de la psychologie collective". In: *Annales E.S.C.*, pp. 3-11.
- FIGUEIREDO, L.C. (1994). *A invenção do psicológico. Quatro séculos de subjetivação 1500-1900*, São Paulo, Escuta-EDUC.
- FOUCAULT, M. (1972). *História da Loucura*, São Paulo, Perspectiva.
- _____. (1992). *As palavras e as coisas*, São Paulo, Fontes.
- FREUD, S. (1969a). *Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância*, 1910, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Rio de Janeiro, Imago, vol. XI.
- _____. (1969b). *Moisés e o Monoteísmo*, 1939, Edição Standard Brasileira das obras Completas, Rio de Janeiro, Imago, vol. XXIII.
- GEERTZ, C. (1973). *The Interpretation of Cultures*, New York, Basic Books Inc.

- GERGEN, K.J. (1981). "Social Psychology as History". In: *Journal of Personality and Social Psychology*, v.26, 1973. In: PENNA, AG., *História das Idéias Psicológicas*, Rio de Janeiro, Zahar.
- GINSBURG, C. (1986). *Miti Emblemici e Spie. Morfologia e Storia*, Torino, Einaudi.
- GOLDMANN, L. (1955). *Le Dieu caché. Etude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal e dans le théâtre de Racine*, Paris, Gallimard.
- GOMBRICH, E.G. (1994). *Para uma História Cultural*, 1969, Lisboa, Gradiva.
- GRISSET, A. (1984). "Foucault, um projecto histórico." In: *A Nova História*, Lisboa, Edições 70, pp. 57-64.
- JACKSON, S. (1986). *Melancholia and Depression: From Hippocratic Times to Modern Times*, New Haven, Yale University Press.
- JUNG, C.G. (1990). *Psicologia e Alquimia*, 1975, Petropolis, Vozes.
- KEGAN, R. (1988). "Sogni e visioni nella Spagna del 500". In: *Quaderni Storici* vol. 68, a. 23, n.2, pp. 595-607.
- KEMP, S. (1990). *Medieval Psychology*, Westport, Greenwood Press.
- KOYRÉ, A. (1979). *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*, 1957, São Paulo, Editora Forense-Editora da Universidade de São Paulo.
- LADURIE, E., Le Roy. (1983). *Entre los Historiadores*, 1989, México, Fondo de Cultura Económica.
- LIFTON, R.J. (1989). *O futuro da imortalidade. Ensaio para uma era nuclear*, São Paulo, Trajectory Cultural.
- MANDROU, R. (1968). "L'Histoire des Mentalités". In: *Encyclopedia Universalis*, vol. VIII, pp. 436-438.
- MASSIMI, M. (1985). *História das Idéias Psicológicas no Brasil, em obras do período colonial*, Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- _____. (1990a). "Conhecimentos acerca do Homem e de sua Subjetividade no Brasil Colonial". In: *Quipu: Revista Latino Americana de Historia de las Ciencias y la Tecnologia Mexico*, vol. 7, n. 2, pp. 23-257.
- _____. (1990b). *História da Psicologia Brasileira*, São Paulo, Editora Pedagógica Universitária.
- _____. (1990). "As definições de Psicologia na cultura brasileira do século XIX". In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 5, n. 2, pp. 203-215.

- _____. (1991). “O estudo do Homem Moral na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no século XIX”. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 7, n. 1, pp. 71-82.
- _____. (1992a). “As idéias psicológicas de Francisco de Mello Franco, médico e iluminista brasileiro”. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 7, n. 1, pp. 83-90.
- _____. (1993b). “A contribuição de um iluminista brasileiro à História das Idéias Psicológicas”. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol.9; n.1, pp. 39-50.
- _____. (1993d). “Visões do Homem e aspectos psicológicos no encontro entre a cultura portuguesa e as culturas indígenas do Brasil, no século XVI”. Documentos e perspectivas de análise. *Actas do Congresso Internacional de História: Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, volume II, Universidade Católica Portuguesa-Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos Portugueses-Fundação Evangelização e Cultura, Braga, pp. 609-627.
- MAZZOLENI, G. (1992). *O Planeta Cultural. Para uma Antropologia Histórica*, tradução brasileira, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo-Instituto Italiano de Cultura.
- MENSCH, T.G. (1979-80). “Psychohistory of the Third Reich: a Library Pathfinder and Topical Bibliography of English Language Publications”. In: *The Journal of Psychohistory*, n. 7, pp. 331-354.
- MISRA, G. (1993). “Psychology from a constructionist perspective: an interview with Kenneth J. Gergen”. In: *New Ideas in Psychology*, vol. 11, n. 3, pp. 399-414.
- MORAVIA, S. (1983). “The capture of the invisible: for a (pre)history of Psychology in eighteenth-century France”. In: *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 19, pp. 370-378.
- PEREIRA, M. “L’Alquimia e la Psicologia di Jung”. In: CAROTENUTO, A., *Trattato di Psicologia Analitica*, Torino, UTET, pp. 415-445, sem data.
- PETERSON, G.L. (1981). “Historical self-understanding in the social sciences: the use of Thomas Kuhn in psychology”. In: *Journal Theory of Social Behavior*, 11, pp. 1-30.
- PIGEAUD, J. (1981). *La maladie de l’âme. Étude sur la relation de l’âme et du corps dans la tradition médico-philosophique antique*, Paris, Les Belles Lettres.

- PONGRAZ, L. (1980). *Historiography of modern psychology*, Toronto, Hogrefe.
- ROCCATAGLIATA, G. (1973). *Storia della psichiatria antica*, Milano, Hoepli.
- _____. (1981). *Le origini della psicoanalisi nella cultura classica*, Roma, Il pensiero scientifico.
- _____. (1981). *Storia della psichiatria biologica*, Firenze, Nuova Guaraldi.
- SHNEIDMAN J.L. & SHNEIDMAN CL. (1981). "Psychohistory: Expanding the parameters of historical causality". In: *The Journal of Psychohistory*, 9 (2), pp. 353-360.
- VAN DER BERG, J.M. (1980). *Psicologia profunda*, São Paulo, Mestre Jou.
- VERNANT, J.P. (1960). "Sur les recherches de psychologie comparative historique". In: *Journal de Psychologie Normale et Pathologique*, a. 57, n. 4, pp. 445-451.
- VERNANT, J.P. (1965). *Mito e pensamento entre os Gregos. Estudos de Psicologia Histórica*, 1990, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- VOVELLE, M. 1991. *Ideologias e Mentalidades*, 1985, São Paulo, Brasiliense.
- WATSON, R.I. (1960). "The History of Psychology: a neglected area". In: *American Psychologists*, vol. 15, pp. 251-255.
- _____. (1963). *The Great Psychologists: Aristotle to Freud*, Philadelphia, Lippincott.
- _____. (1966). "The role and use of history in the psychology curriculum". In: *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 2, pp. 64-69.
- _____. (1967). "Psychology: a prescriptive science". In: *American Psychologist*, pp. 435-553.
- _____. (1971). "Prescription as operative in the History of Psychology". In: *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 2, pp. 311-322.
- _____. (1974 e 1976). *Eminent Contributors to Psychology*, vol.1 e 2, New York, Springer.
- _____. (1979). *The History of Psychology and the Behavioral Sciences: A Bibliographic Guide*, New York, Springer, 1978.

_____. *Basic Writings in the History of Psychology*, New York, Oxford
University Press.